

Variação terminológica no Português do Brasil: exemplos do contexto da Economia Monetária

Odair Luiz Nadin da Silva¹, Manoel Messias Alves da Silva²

¹Departamento de Letras – Universidade Estadual de Maringá – (DLE/UEM)

²Departamento de Letras – Universidade Estadual de Maringá – (DLE/UEM)

odair.lluiz@gmail.com, manoelma@onda.com.br

Resumo. O fenômeno da variação em terminologia é um tema imprescindível aos estudos dos usos lingüísticos em contextos especializados. As diferentes Escolas Terminológicas abordaram esse tema de diferentes pontos de vista. Inicialmente, os teóricos da Terminologia, sobretudo Wüster (Teoria Geral da Terminologia) e seus discípulos, não admitiam qualquer tipo de variação terminológica. Consideravam-na inerente à língua natural e, como não se considerava a “língua de especialidade” como uma língua natural, esta não poderia possuir tal fenômeno lingüístico. A partir dos anos 80 (sobretudo na década de 90), no entanto, com as reavaliações da TGT, o fenômeno da variação começou a receber a devida atenção. Surgiram, então, visões teóricas influenciadas por questões variacionistas, comunicativas e cognitivas, dentre as quais se destaca a Teoria Comunicativa da Terminologia. À luz dessa teoria, descrevemos e analisamos exemplos de ocorrências de variação terminológica no âmbito da Economia Monetária no Português do Brasil. Demonstramos contextos extraídos de corpus textual, a fim de refletir sobre a manifestação de variação em contextos reais de uso.

Palavras-chave: Terminologia. Variação terminológica. Teoria Comunicativa da Terminologia. Economia Monetária.

Abstract. The phenomenon of variation in terminology is an essential theme to the studies of the linguistic uses in specialized contexts. The different Terminological Schools approached this theme from different point of views. Initially, the theoreticians in terminology, mainly Wüster (General Theory of Terminology) and his disciples, did not admit any type of terminological variation. They used to consider it inherent to natural language and, as they did not consider the “language of specialty” as a natural language, it could not present such linguistic phenomenon. However, from the 80’s on (especially in the 90’s), with the reassessment of TGT, the phenomenon of variation began to receive due attention. There emerged, then, theoretical views influenced by variotionist issues, communicative and cognitive, from which the Communicative Theory of Terminology stands out. Drawing on this theory, we describe and analyze examples of occurrences of terminological variation within the field of Monetary Economy in Brazilian Portuguese. We show contexts from textual corpus, with a view to speculate on the manifestation of variation in real use contexts.

Key words: Terminology, Terminological variation, Communicative Theory of Terminology, Monetary Economy.

1. Introdução:

O fenômeno da variação em terminologia é um tema imprescindível aos estudos dos usos lingüísticos em contextos especializados. No caso do contexto da Economia, esse fenômeno inicia-se já pelo próprio termo *Economia*. Singer (2003, p. 7) afirma que esse termo se refere a uma atividade e a uma ciência. Com base nessa afirmação, o autor propõe-lhe três definições, a saber:

- (i) qualidade de ser estrito ou austero no uso de recursos ou valores (ser econômico, não desperdiçar);
- (ii) característica comum de uma ampla gama de atividades que compõem a economia de um país, de uma cidade, etc.;
- (iii) ciência que tem por objetivo sistematizar o conhecimento sobre a economia enquanto atividade.

Na primeira acepção proposta pelo autor, observamos um significado bastante comum, isto é, qualquer indivíduo, ainda que não possua conhecimentos de Economia, sabe se é (ou quem é) econômico. Nas segunda e terceira acepções, entretanto, a unidade léxica *Economia* assume um valor mais especializado, próprio do domínio econômico-financeiro. Sobressai-se, nessas acepções, a **economia** enquanto atividade e a **Economia** enquanto Ciência.

Troster e Mochón (1999, p.5, p. 379) dizem que a Economia estuda a maneira como se administram os recursos escassos, com o objetivo de produzir bens e serviços e distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade e acrescentam: “é a ciência que estuda o emprego eficaz dos recursos para a obtenção de um conjunto ordenado de objetivos”.

As diferentes compreensões do termo *Economia* se inserem numa *rede de conduta social e econômica* na qual vivemos. Nossas ações cotidianas giram, portanto, em sua maioria, em torno de aspectos econômicos. Essa *Rede*, à qual nos referimos acima, se constitui, também, por meio da língua. Para vivermos em sociedade, precisamos expressar e compreender saberes. Isso se efetiva pelo uso e pela compreensão não só de discursos do dia-a-dia, mas também, de discursos especializados, pois, como ressalta Almeida (2000, p. 25), “[...] a função precípua do sistema lexical de uma língua natural é nomear o mundo, e o mundo inclui as ciências e as técnicas. Portanto, expressar o mundo sem terminologia não é expressar o mundo completo”.

Temos, portanto, neste texto, o objetivo de descrever e analisar alguns exemplos de variação terminológica no uso especializado do Português do Brasil (doravante PB) no domínio da Economia Monetária. Primeiramente, faremos algumas reflexões acerca da variação em terminologia do ponto de vista da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) para, em seguida, apresentar e analisar alguns contextos nos quais dito fenômeno ocorre.

2. A Teoria Comunicativa da Terminologia e a variação terminológica

O fenômeno da variação em terminologia é um tema abordado a partir de diferentes posturas teóricas. Inicialmente, os teóricos da Terminologia não admitiam qualquer tipo de variação terminológica. A partir dos anos 80 (sobretudo na década de 90), no entanto, com as reavaliações da Teoria Geral da Terminologia (doravante TGT) o fenômeno da variação terminológica começou a receber a devida atenção. Isso se deu, sobretudo, pela percepção de que a língua de especialidade não era uma língua artificial, mas sim uma realização da língua natural, assim, possuidora de todas as peculiaridades pertencentes a qualquer língua viva.

Cabré (1999, p. 17) observou que a terminologia é, sobretudo, representativa da diversidade. Essa diversidade, à qual se refere a autora, “se manifesta nas diferentes concepções que existem da disciplina, nas diferentes matérias que a compõem e nas diferentes funções que possui”. Ademais, manifesta-se, também, na variedade de práticas que oferece, na diversidade de usuários que se servem dela, na diversidade de organização que as tratam.

Acrescentamos, a essa lista de diversidade proposta pela autora, a *variação*. Variação esta que pode ocorrer tanto do ponto de vista formal - formas diferentes de denominação para um mesmo significado -; quanto do ponto de vista conceitual - uma mesma forma denominando conceitos diferentes em uma mesma esfera do saber.

A problemática da variação em terminologia é, assim, um dos temas mais relevantes da descrição e análise do uso especializado de uma língua na atualidade. Não podemos conceber a idéia de descrever e analisar esse uso sem considerar as possibilidades de ocorrência de variação terminológica. Áreas como a Economia, por exemplo, abertas às transformações pelas quais passa o mundo moderno, apresentam, com frequência, alterações no conjunto de unidades léxicas que transmitem seus conhecimentos especializados.

Por essa razão, reflexões sobre a problemática da variação na terminologia da Economia é um tema atual e necessário (e sempre o será). Essas reflexões contribuem para uma descrição mais real do conhecimento veiculado nessa área. Contribuem, também, na organização desse conhecimento em obras de referência (glossários, dicionários etc.).

Sager (1993, p. 94) também ressalta a importância de se ter muita atenção com as variações terminológicas, em especial, segundo o autor, com as variações denominativas (acrônimos, outras formas abreviadas etc.), e a variação conceitual que ocorre com frequência com as unidades terminológicas (doravante UTs) complexas.

A Teoria Comunicativa da Terminologia, por sua vez, propôs outros *caminhos* para o tratamento da variação no discurso especializado. Essa teoria parte do reconhecimento de que o fenômeno da variação é inerente a todo e qualquer processo comunicativo.

Uma teoria comunicativa da terminologia, em contraste com a TGT, se define como uma proposta concebida dentro de uma teoria ampla da linguagem, e está incluída numa teoria da comunicação que contém os fundamentos necessários de uma teoria do conhecimento. **Esta proposta integra, teórica e metodologicamente, a variação**

lingüística, tanto formal como conceitual e assume que os termos estão associados a características gramaticais (a todos os níveis de representação) e pragmáticos. [...]. A TCT pretende também dar conta dos termos como unidades ao mesmo tempo singulares e similares a outras unidades de comunicação, dentro de um esquema global de representação da realidade, admitindo a variação conceitual e denominativa, e tendo em conta a dimensão textual e discursiva dos termos. (CABRÉ, 1999, p. 136). (grifo nosso).

Para a TCT, a variação terminológica depende do grau de especialidade com o qual se realiza a comunicação. Segundo esta teoria, há um grau mínimo de variação próprio do discurso das comissões normalizadoras, pois tais comissões possuem o objetivo de padronizar a comunicação especializada. Há um segundo nível de variação que se dá nas comunicações entre especialistas e um terceiro nível, com um grau mais intenso de variações, decorrente das produções em discursos de divulgação.

Assim, os conceitos que foram tratados, tradicionalmente, como uniformes e universais, começam a ser analisados como diversificados. Essa diversificação se dá em decorrência das diferentes visões de mundo de cada falante; da sociedade na qual o falante está inserido; bem como pelas diferentes escolas científicas e posturas teóricas adotadas. O mesmo pode ocorrer, segundo Cabré (1999, p. 142), com a variação denominativa que, “tendo seu valor especializado ativado por aspectos pragmáticos, pode realizar-se por formas diferentes tendo, às vezes, uma das variações como forma preferente”.

Almeida (2000, p. 97) observa que, pelo fato de ser descritiva e não ter pretensões normalizadoras, a TCT demonstra estar aberta para considerar ocorrências de sinonímia e homonímia, como também as variações dialetais possíveis na comunicação especializada. Essa perspectiva de olhar o objeto, segundo a autora, já tem na sua base o postulado de que os termos não são biunívocos, mas o contrário, sofrem as mesmas influências de qualquer signo da língua geral.

A autora observa, também, que quando se trata de indivíduos em situações comunicativas distintas, torna-se um tanto ingênuo esperar que determinadas características próprias da língua geral como duplo sentido, imprecisões e ambigüidades não façam parte das comunicações especializadas.

O conhecimento especializado faz parte da competência lingüística do falante, sendo este o mesmo ao produzir um discurso tido como comum ou um entendido como especializado. Esse sujeito mantém, em seu discurso, as diferentes influências que recebeu ao longo de sua formação humana e/ou acadêmica.

3. A variação no contexto da Economia Monetária

Entre as diferentes possibilidades de variação em um discurso especializado, há a ocorrência de um mesmo e único significado expressado por diferentes significantes. A UT **ativo** unida a adjetivos ou sintagmas preposicionados aparece em diferentes contextos referindo-se ao mesmo significado ou co-ocorrendo com outros significantes.

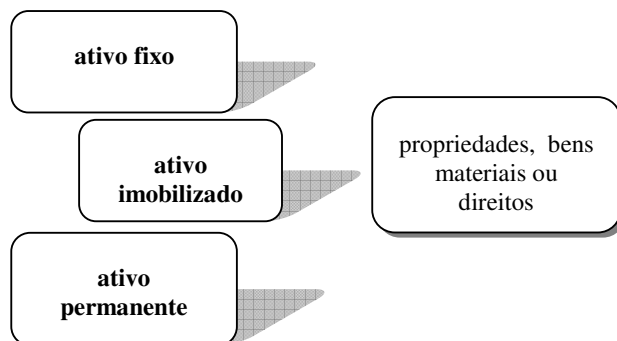


Figura 1: Exemplo de variação denominativa

As relações de significado podem ser, também, de mais de um significante para mais de um significado. As UTs **ativo circulante/ativo disponível/ativo de curto prazo** e **ativo realizável a curto prazo** se referem a mais de um significado.

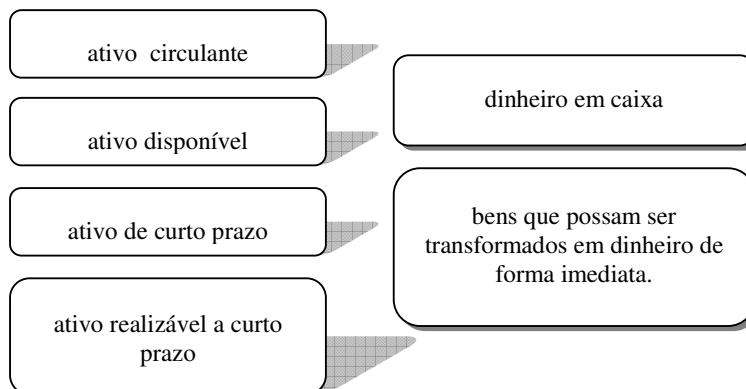


Figura 2: Exemplo de variação denominativa e conceitual

Há, nesse caso, a sobreposição de variação denominativa e variação conceitual. Temos, assim, diferentes significantes se referindo a diferentes significados, ou seja, os significados de **dinheiro em caixa** e **bens que possam ser transformados em dinheiro de forma imediata** podem ser denominados, com mais ou menos frequência, por qualquer uma das UTs em questão.

Ocorre, ainda, um único significante para referir-se a diferentes significados, ou seja, UTs polissêmicas. Este talvez seja o caso de variação mais rechaçado pelos estudos tradicionais de terminologia. Durante décadas, a polissemia foi vista como o fenômeno que provoca mais problemas na comunicação.

A UT *alavancagem*, por exemplo, é bastante polissêmica. No contexto da Economia Monetária, essa UT se refere a, no mínimo, três significados:

1. ação de usar recursos de terceiros na formação do capital a fim de promover aumento no retorno dos investidores;
2. ação de adquirir ativos, títulos ou valores mobiliários com recursos de terceiros – empréstimo/financiamento;
3. ação de comprar e vender ativos, títulos e valores mobiliários com liquidação futura.

A variação denominativa e refere, portanto, a dois ou mais significantes para um mesmo significado e a variação conceitual se relaciona à existência de dois ou mais significados para um mesmo significante. Descrevemos, abaixo, exemplos de ocorrência de variação no âmbito da Economia Monetária no PB.

Ex. 01: ativo

O termo *ativo* refere-se ao **conjunto de bens e direitos de uma pessoa física ou jurídica** ou os **títulos, valores mobiliários e outros instrumentos financeiros de emissor público ou privado**. Podemos observar nessa UT um exemplo de variação terminológica, pois temos um mesmo significante para dois significados.

Além de apresentar esses dois significados gerais, o termo *ativo* se amplia e adquire, com isso, outros semas que distinguem **dinheiro em caixa, estoque de mercadorias, terrenos, edifícios** etc. Dentre as inúmeras possibilidades de formações sintagmáticas de valor especializado a partir da UT *ativo*, observemos três em especial: **ativo circulante** ou **ativo disponível**, **ativo fixo** ou **ativo permanente** e **ativo financeiro**.

A UT *ativo circulante* se refere a **(i)** dinheiro existente em caixa que se encontra à disposição imediata da empresa, como meios de pagamento, depósitos à vista e títulos que possuam liquidez imediata; e **(ii)** direitos a realizar dentro do exercício corrente como: créditos, estoques, despesa etc. É um ativo, portanto, que possui liquidez, que se possa vender, trocar ou gastá-lo. Temos, assim, uma UT com valor polissêmico, ou seja, para o significante *ativo circulante* existem dois significados.

Nos contextos abaixo, extraídos do *site* do Banco do Brasil e de Press (2002), respectivamente, observamos os dois significados que apresentamos acima. No contexto 1.1 a unidade léxica **disponibilidades** se refere ao dinheiro em caixa, ou seja, o que está disponível, além de incluir o que se pode converter em dinheiro. No contexto 1.2 se confirma a questão do estoque como algo que pode ser transformado em dinheiro de forma imediata, o que o caracteriza como um ativo circulante.

1.1. Em geral, o **ativo circulante** inclui contas como disponibilidades, créditos, estoques etc. (www.bb.com.br).

1.2. Por exemplo, o estoque é um **ativo circulante**. Presumivelmente, o estoque será vendido a curto prazo. (PRESS, 2002).

Esse termo possui, ainda, uma relação de sinonímia com outros termos – **ativo de curto prazo, ativo realizável a curto prazo e ativo disponível**, conforme contextos a seguir:

1.3. Esse valor – que é um **ativo circulante** (ou **ativo de curto prazo**) de acordo com as convenções usuais para o seu registro contábil e para a elaboração de relatórios [...]. (BOULTON, 2001).

1.4. Essa linha apresenta os saldos do exercício anterior e do exercício em referência até o quadrimestre correspondente, dos saldos do **Ativo Disponível** e dos Haveres Financeiros, [...]. (www.stn.fazenda.gov.br).

1.5. No mês de dezembro/2000, foi feita uma mudança no grupo **Ativo Realizável a Curto Prazo**, por não ser mais adotado tal termo, conforme o disposto na Resolução CFC n.º686 de 14/12/90. (www.bovespa.com.br).

Embora o termo *ativo realizável a curto prazo* apareça no Dicionário de Finanças da Bovespa com remissiva a “ativo circulante”, não ocorreu no *corpus* analisado. Verificamos, ainda, baixa ocorrência em pesquisas na Internet. Essa UT tem sido substituída pelas demais variantes: *ativo circulante, ativo de curto prazo e ativo disponível*, como pudemos constatar no próprio contexto transcrito acima (1.5).

Houve, nesse caso, um processo de supressão do adjetivo *realizável*. Esse processo é bastante freqüente no discurso especializado. Inicialmente, tais unidades de valor especializado podem aparecer de forma mais expandida e flexível; à medida que se lexicalizam podem perder alguns de seus elementos, substituí-los por outros ou, ainda, criar formas mais econômicas de denominação, como as siglas e os acrônimos.

É comum, também, o processo inverso, ou seja, a UT surge de forma simples e se amplia à medida que se agregam outras características ao conceito inicial, como em *ativo/ativo de renda/ ativo de renda fixa/ ativo de renda fixa pago ao portador*.

No segundo caso, a UT **ativo fixo**, se refere às propriedades, aos bens materiais ou direitos que não estão destinados à venda, mas representam o investimento de capital ou patrimônio de uma pessoa física ou jurídica. Trata-se do conjunto de elementos (tangíveis, intangíveis e investimento financeiros permanentes) que servem, de forma duradoura, às atividades da empresa e que, em geral, não estão destinados à venda.

1.6. Sendo assim, o Ativo Permanente está dividido em três grupos a saber:

Investimentos – é representado pelos bens e direitos em participações permanentes em outras empresas ou sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no Ativo Circulante, que não se destinem à manutenção da atividade da empresa ou sociedade.

Ativo Imobilizado – é representado pelos direitos que tenham por objeto os Bens destinados à manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.

Ativo Diferido – é composto pelas aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de exercícios futuros. (www.shoji.cnt.br). (grifo nosso).

As UTs **ativo fixo** e **ativo permanente** possuem, portanto, relação de sinonímia, como podemos comprovar no contexto 1.7.

1.7. Ativos fixos (*também chamados de ativos permanentes*) representam o investimento de capital que proporciona à empresa os meios para produzir bens ou oferecer serviços. (PRESS, 2002).

Há, ainda, como dito antes, a problemática da variação terminológica provocada pelo uso das siglas ou acrônimos. As siglas e os acrônimos são o processo lingüístico ao qual o falante recorre para dar mais fluidez ao seu discurso, sobretudo com relação às UTs sintagmáticas.

Esse processo é bastante comum no discurso da economia haja vista que a maioria das unidades léxicas que se ativam como UTs nesse discurso são formações sintagmáticas.

No *corpus* analisado várias UTs co-ocorrem com suas siglas ou acrônimos, como: **Certificado de Depósito Bancário (CDB), fundo de aplicação financeira (FAF), fundos de investimento financeiro a curto prazo (FIFCP), papel-moeda em circulação (PMC), papel-moeda em poder do público (PMPP), papel-moeda emitido (PME), Recibo de Depósito Bancário (RDB), taxa referencial (TR), taxa interna de retorno (TIR) etc.**

Nesses casos, a partir das iniciais de cada unidade léxica que forma a UT, o falante simplifica dita unidade e torna seu discurso mais fluido. Observemos, na seqüência, alguns exemplos:

Ex. 2: certificados

UTs como, por exemplo, **certificado** e **taxa**, como base de formações sintagmáticas formam, com muita freqüência, siglas e acrônimos. No primeiro caso – **certificado** – encontramos as siglas **CDB** e **CDI**.

A sigla **CDB** co-ocorre com sua forma plena **Certificado de Depósito Bancário**. Em geral, utiliza-se inicialmente nos textos observados as duas formas para que o leitor observe a redução e, no decorrer do texto, a forma plena é substituída pela sigla.

2.1. O CDB (Certificado de Depósito Bancário), também conhecido como **depósito a prazo**, é uma das formas mais tradicionais de captação de recursos pelos Bancos. (www.unibanco.com.br).

2.2. O Certificado de Depósito Bancário, o famoso **CDB** e o **Recibo de Depósito Bancário**, o **RDB**, são os mais antigos e utilizados títulos de captação de recursos pelos bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento e bancos múltiplos que tenham uma destas carteiras, sendo oficialmente conhecidos como depósitos a prazo. (FORTUNA, 2002).

No contexto **2.1** temos dois problemas de variação. O autor utiliza, além da sigla, uma UT em relação de sinonímia - **depósito a prazo**, o que amplia o grau de variação denominativa. No exemplo **2.2**, a UT **Certificado de Depósito Bancário** co-ocorre com a sigla **CDB**. Em ambos os casos, as siglas são mais frequentes.

Não é diferente com a sigla de **Certificado de Depósito Interbancário – CDI**. Essa UT, segundo Securato (1999, p. 55), se refere aos “títulos de emissão dos bancos que servem de lastro para as operações interbancárias no mercado monetário”. A co-ocorrência da forma plena e da sigla funciona como nos casos anteriores, isto é, os autores utilizam as duas formas de maneira simultânea e, paulatinamente, substituem a forma plena pela sigla. Essa UT co-ocorre, ainda, com a sigla **DI**, conforme contextos **2.3**.

2.3. É nesse prazo que o gestor se propõe a atingir seu objetivo de rentabilidade, expresso nos prospectos de venda como percentuais de um referencial, que pode ser a rentabilidade do **Certificado de Depósito Interbancário (CDI ou simplesmente DI)**, no caso dos fundos com características de renda fixa, ou o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa), no caso dos fundos de renda variável. (www.risktech.com.br).

Ex. 3: taxa

Outra UT que também produz muitas siglas através de suas formações sintagmáticas é **taxa**. A UT **taxa interna de retorno**, por exemplo, co-ocorre com a sigla **TIR**.

No *corpus* analisado, encontramos em Moore (2002) essa UT e a sigla correspondente. Inicialmente, o autor utiliza a forma plena da UT e a sigla entre parêntesis. No decorrer do texto, abdica-se da forma plena e recorre somente à sigla, conforme exemplos **3.1** e **3.2**.

3.1.Essas técnicas incluem a **taxa interna de retorno (TIR)**, o valor presente líquido (VPL) e o índice de lucratividade (IL).

3.2.[...] terceiro, calcular a **TIR**. Quarto, comparar a **TIR** ao custo dos fundos. Se a **TIR** é menor do que o custo dos fundos, o projeto deve ser rejeitado.

Outros exemplos são **taxa básica financeira (TBF)**, **taxa de juros de longo prazo (TJLP)**, **taxa referencial (TR)**. Observamos, nos contextos abaixo, como Fortuna (2002) ao longo do texto toma por sabido o que significa cada sigla e não usa mais as formas plenas.

3.3.TR - Taxa Referencial de juros calculada pelo BC. É a taxa que define o rendimento das Cadernetas de Poupança e dos empréstimos do SFH.

3.4.O custo financeiro dos financiamentos concedidos pelo Sistema BNDES é composto da **Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP** acrescido de um spread para cada produto, setor de atividade e região que inclui a comissão do agente repassador, quando for o caso.

3.5.Os **CDI** pós-fixados eram remunerados com base na **TR** e eram emitidos com prazo mínimo de quatro meses, até 01/08/99. A partir daí são emitidos com prazo mínimo de 1 mês e, remunerados pela **TR**, ou **TJLP** e, pelo prazo mínimo de 2 meses pela **TBF** ou, pelo prazo mínimo de 1 ano por índice de preços.

No contexto **3.3** o autor usa a sigla **TR** seguida da UT em sua forma plena (taxa de referência). O mesmo ocorre no contexto **3.4** (**Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP**). Entretanto, no contexto **3.5**, observamos que o autor escreve todo um parágrafo em que o uso de quatro siglas sem as formas plenas deixa o texto quase incompreensível a um leigo ou a um aprendiz (**CDI – certificado de depósito bancário; TBF – taxa básica financeira; TJLP – taxa de juros de longo prazo e TR – taxa de referência (ou taxa referencial)**)).

A variação provocada pelo uso de siglas ou acrônimos é, pois, um fenômeno relevante na descrição do uso especializado de uma língua. Dita variação pode provocar variação conceitual ou interferir na comunicação.

Outro fator que motiva a variação terminológica, sobretudo denominativa, no âmbito da Economia Monetária é a influência da língua inglesa.

Ex. 4: VaR / value at risk / valor em risco

No caso dessa UT, no PB a forma mais freqüente é ainda a forma inglesa – *value at risk*. Entretanto, observamos, nos *corpora* a ocorrência da tradução literal - *valor em risco*. Essa atitude é, inicialmente, uma tentativa de tornar a leitura mais acessível ao leitor. Em dados momentos, no entanto, a forma em língua portuguesa aparece somente ao lado da sigla – VaR – o que poderá gerar, futuramente, a substituição do empréstimo em sua forma original pelo decalque.

4.1. Para avaliar o nível de risco, utiliza-se o método **VaR - Value at Risk - Valor em Risco**, que estabelece um valor de perda mínima aceitável dentro de um prazo predeterminado e com uma probabilidade de ocorrência definida (nível de confiança). (FORTUNA, 2002).

4.2. **Valor em Risco - VaR** como o elemento fundamental para calcular a exposição ao risco de mercado - o risco da variação de preços dos instrumentos de renda prefixada, no que se relaciona a um investimento realizado. (FORTUNA, 2002).

Nesse livro, percebemos que o autor oscila entre as três formas (**valor em risco, value at risk e VaR**). Essa estratégia de coesão e coerência textual que evita a repetição de uma mesma forma pode provocar, com o tempo, a seleção natural de uma das UTs resultando no desuso da(s) outra(s).

Em outro contexto, observamos a oscilação entre a forma inglesa e a sigla. Não há, nesse caso, uso da forma em língua portuguesa.

4.3. Com base nos resultados diários obtidos pela carteira durante um período ele pode determinar uma perda "máxima" diária que poderá ocorrer no fundo, o que se chama **Value at Risk**, ou **VaR**. (www.risktech.com.br).

Buscamos apresentar, descrever e analisar nessa sessão uma amostra de ocorrências de variação denominativa e/ou conceitual no contexto da Economia Monetária no PB. Desenvolvemos essa análise, do ponto da Teoria Comunicativa da Terminologia, teoria esta que considera que os valores especializados de uma unidade léxica são ativados pragmaticamente.

3. Considerações Finais

Propusemo-nos, portanto, neste texto, a refletir sobre o fenômeno da variação terminológica no domínio da Economia Monetária no português do Brasil. Tais reflexões se justificam pelo fato de que o PB, como qualquer língua viva, possui variação lingüística mesmo dentro de um discurso especializado.

As reflexões que nos propusemos a desenvolver sobre esse tema consistiram, sobretudo, em:

- 1.a variação na terminologia da Economia Monetária pode provocar interferência na comunicação;
- 2.entre as possibilidades de motivações de variação na terminologia da Economia Monetária encontra-se a influência da língua inglesa, sobretudo do inglês norte-americano.

No primeiro caso, confirmamos a ocorrência de variação no domínio de conhecimento em questão. Constatamos que o falante recorre a diferentes recursos lingüísticos também para transmitir o conhecimento de sua área do saber. Isso pode ocorrer de diferentes formas: siglas, empréstimos, metáforas etc.

Quanto às siglas, observamos que elas podem, no mínimo, provocar mal-entendidos. Em alguns contextos analisados, observamos que o uso freqüente de siglas e acrônimos sem fazer as devidas relações com as formas plenas pode tornar o enunciado incompreensível ou provocar equívocos na compreensão haja vista que as siglas podem se referir a UTs plenas diferentes.

Em relação às interferências da língua inglesa, constatamos várias ocorrências no *corpus* analisado. O Brasil, em virtude de sua situação geográfica e econômica recebe muitos empréstimos lingüísticos do inglês norte-americano que se atualizam como UTs no discurso econômico-financeiro. Esses empréstimos podem realizar-se em suas formas originais ou por meio de decalques.

Pudemos constatar, portanto, embora com poucos exemplos, a ocorrência da variação denominativa e/ou conceitual no uso especializado do PB no contexto da Economia Monetária. Isso corrobora, mais uma vez, o que defende a Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999): “uma unidade léxica adquire valor especializado no contexto de uso”.

4. Referências

ALMEIDA, G. de B. *Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)*. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2000.

BIDERMAN, M. T. C. *Dicionário de Termos Financeiros e Bancários*. São Paulo: Disal, 2006.

BOULTON, R.; LIBERT, B. D.; SAMUEK, S. M. *Decifrando o código de valor: novas estratégias para investir, avaliar e gerenciar o que é importante na sua empresa*. Tradução de Roberto Galmon. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CABRÉ, M. T. *La terminología: Representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra. Barcelona, 1999.

- FORTUNA, E. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 15.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MOORE, N. *Previsão Orçamentária: 25 princípios para atingir objetivos e metas*. Tradução de Mônica Tambelli. São Paulo: Publifolha, 2002.
- PRESS, E. *Análise Financeira: 25 princípios para tomar decisões com mais segurança*. Tradução de Luis Reyes Gil. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SAGER, J. C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Tradução de Laura Chumillas Maya. Com capítulo adicional de TORRUELLA, J.; CLAVERÍA, G.. Madrid: Germán Sánchez Rupérez / Pirámide, 1993.
- SECURATO, J. R. *Cálculo Financeiro das Tesourarias - Bancos e Empresas*. São Paulo: Saint Paul, 1999.
- SINGER, P. *O que é Economia*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- TROSTER, R. L.; MOCHÓN, F. *Introdução à Economia*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- www.bb.com.br
- www.bovespa.com.br
- www.risktech.com.br
- www.shoji.cnt.br
- www.stn.fazenda.gov.br
- www.unibanco.com.br